

1 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

2
3 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

4
5 REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2021

6
7 ATA NÚMERO UM

8
9
10 No dia 14 de Dezembro de 2021, reuniu nas instalações da Junta de Freguesia, sito no Campo das
11 Amoreiras, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência do seu presidente, Carlos
12 Alberto Martins da Silva Poiares, coadjuvado por Sara Margarida Ferreira Madeira, Primeira
13 Secretária e Maria Alexandra Serrão Afonso Ribeiro de Almeida, Segunda Secretária.

14 Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia:
15 Rogério Gomes dos Santos, Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias, Nuno Ricardo Marques
16 Ventura, Mafalda Alexandra Lobo Pereira, Paulo César Lopes Ribeiro, Andreia de Barros Pessoa
17 Pires Cordeiro, Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo, Helena Cláudia Ferreira da Silva, Manuel da
18 Luz Nascimento, Ricardo Luís Correia Martins de Barros Duarte. Às 21h00, constatada a
19 existência de *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

20 Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

- 21 A) Período de intervenção do público;
22 B) Período antes da ordem do dia;
23 C) Ordem do Dia:
24 1. Discussão e votação da ata número 30 da Assembleia;
25 2. Apresentação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e
26 Orçamento para 2022;
27 3. Apresentação, discussão e votação da Estrutura Orgânica;
28 4. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal;
29 5. Apresentação, discussão e votação da proposta de Compromissos Plurianuais;
30 6. Apreciação do Relatório Semestral sobre a Situação Económica e Financeira;
31 7. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia
32 de 27/09/2021 a 30/11/2021 e Informação da situação financeira da Junta de
33 Freguesia de 01/01/2021 a 31/10/2021;
34 8. Apresentação e votação da ata em minuta referente às deliberações tomadas.

35 **Presidente da Assembleia** Iniciou a sessão. Informou que a Mesa recebeu pedidos de substituição
36 do Sr. António Moreira da Fonte, da CDU, que foi substituído pela Sra. Helena Cláudia Ferreira
37 da Silva. Passou ao ponto A da Ordem de Trabalhos – Período de Intervenção do Público. Deu a
38 palavra ao Sr. Jorge Rocha.

39 **Jorge Rocha** Queria aproveitar para deixar um testemunho que estavam muito satisfeitos por ver
40 que o presépio continuava a aparecer na zona ao pé do metropolitano, como em todos os anos, ao
41 qual era um gesto que queria agradecer à Junta de Freguesia de ter sabido manter ao longo dos
42 anos.

43 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Luísa Pires.

44 **Luísa Pires** Em primeiro lugar queria falar da reunião que não apresentaram nas redes sociais e
45 no site da Junta, a própria telefonou para a Junta e quando a atenderam, disseram que estava e
46 depois veio a verificar que não estava, sobre a Higiene Urbana na Quinta das Lavadeiras, a
47 senhora Presidente da Junta realmente tem se dedicado a mandar trabalhadores para aquela zona
48 mas os trabalhos eram muito deficientes, ou seja, sopravam as folhas que ficavam amontoadas e
49 não eram apanhadas, o lixo acumulava-se junto aos caixotes, ao qual tinha fotos que deixava à
50 senhora Presidente da Junta da Rua Quinta das Lavadeiras e da Rua Cidade de Tomar, perguntava
51 se era possível colocar um oleão na zona da Quinta das Lavadeiras ou na Cidade de Tomar, porque
52 não existia, em relação à jardinagem, no boletim da Junta aparecia uma fotografia de uma zona
53 bem bonita que foi aproveitada e requalificada, só que esqueceram-se de pôr na fotografia a parte
54 de baixo da zona, ao qual tinha uma foto ao longo do passeio do qual não tinha nada a ver com a
55 fotografia, as pessoas que liam o boletim pessoas pensariam que a Quinta das Lavadeiras estava

56 espetacular, mas não estava, conforme se verificava nas fotos que demonstrava, na Rua Cidade
57 de Tomar punham as folhas para os terrenos, mas se num outro dia estiver vento, ficava cheio de
58 folhas outra vez, assim como na ribanceira que dava para a Calçada de Carriche onde encostavam
59 as folhas, e quando vinha o vento, ficava tudo espalhado outra vez, andavam a fazer trabalho
60 sobre trabalho e isso era escusado, sobre as escadas que ligam a Rua da Quinta das Lavadeiras
61 com a Rua Cidade de Tomar que ficam junto ao nº3, as mesmas estavam a ficar tão degradadas
62 como as escadas que ligam a Rua Cidade de Tomar com a Calçada de Carriche e estavam a
63 descolar-se da estrutura, existiam muitos passeios com buracos, muitos deles ocios, havia um
64 gradeamento degradado, ao qual já tinha frisado na penúltima reunião, e que se estava a soltar da
65 estrutura de cimento, que era um terreno que estava na zona entre a Quinta das Lavadeiras e a
66 Rua Cidade de Tomar, era um declive e aquele terreno era público, não era o maior que liga os
67 dois prédios mais baixos, era o mais pequeno e estava muito degradado, quanto à iluminação,
68 também já tinha frisado na penúltima reunião que a iluminação estava deficiente, na Rua Cidade
69 de Tomar as árvores estavam a tapar os candeeiros, pelo que existiam zonas onde não se via nada
70 e quem vinha da Estrada do Desvio com a nova iluminação, entrava na Quinta das Lavadeiras e
71 parecia que estava a entrar num túnel escuro, não sabia a quem solicitar para se tirar uns canteiros
72 existentes no passeio junto a um café e aos pilares de um prédio que estavam num passeio, não
73 sabia se era de competência da Junta de Freguesia ou se era CML tirar esses canteiros.

74 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Luísa Amaral.

75 **Luísa Amaral** Era moradora na Rua Quinta das Lavadeiras há 44 anos e tinha constatado que o
76 morro ao lado do seu prédio consistia num matagal indescritível, metia-se de momento o inverno
77 de onde não havia perigo devido às chuvas mas de verão ficava medonho, tinha conhecimento
78 que existia um decreto-lei que obriga proprietários, arrendatários e usufrutuários de fazer a
79 limpeza do terreno e há vários anos que aqueles terrenos não eram limpos, não sabia se era a CML
80 que notifica os proprietários ou se era a Junta de Freguesia, não tinha esse conhecimento mas
81 sabia que os proprietários tinham que ser notificados para limpar os seus terrenos, quando vinham
82 grandes chuvadas por aquele morro abaixo, arrastavam as terras para a via pública, junto do local
83 de estacionamento dos carros, pedia se era possível a Junta ou a CML fazerem uma limpeza
84 daquele bocado de terreno, e colocarem umas pedras para evitar que esse morro não invadisse a
85 via pública, havia uma intervenção bastante interessante feita pela Junta em frente à sua casa a
86 que tinha assistido e que estava a ficar bastante engraçado, embora muito demorado, os
87 trabalhadores que lá andavam, estavam há cerca de 2 meses para arranjar aquele bocado de jardim
88 e ainda não estava concluído e portanto pedia à senhora Presidente da Junta se poderia, através
89 da própria, se aquela intervenção fosse terminada, porque não era agradável quando saía do seu
90 prédio e quando olhava para a parte esquerda via aquele monte todo caído para cima do alcatrão,
91 outro assunto que foi mencionado pela senhora Luísa Pires era relativo aos caixotes de lixo, até
92 tinha tirado umas fotografias porque a sua indignação era muita, esse problema devia-se ao
93 civismo e à educação das pessoas, mas também se devia ao facto de os caixotes estarem de tal
94 maneira cheios que as pessoas não tinham outra alternativa senão colocarem o lixo no chão, a
95 própria fazia a reciclagem e chegava a juntar lixo de 1 e 2 semanas para não o colocar no chão,
96 agradecia que realmente se fizesse alguma coisa nesse sentido, porque achava que os contentores
97 não eram esvaziados com tanta facilidade, outra coisa que notava é que quando eram esvaziados,
98 saía deles um cheiro nauseabundo, ao qual não via aí uma grande limpeza, os contentores estavam
99 encostados ao passeio, recentemente para passar pelos contentores teve que dar a volta pela
100 estrada devido ao facto de estar um colchão no meio do passeio.

101 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. José Henriques.

102 **José Henriques** Em primeiro lugar queria agradecer ao senhor José Coutinho e à senhora Mafalda
103 Lobo pela sua presença no 42º aniversário do Centro de Atletismo das Galinheiras, já lá estava há
104 42 anos e devia ser dos presidentes mais antigos do país, estava lá porque gostava, acharam que
105 não deixaram ficar mal a Freguesia, em segundo lugar referiu que tinha 82 anos, desde o 25 de
106 Abril que esteve sempre nas mesas de voto, nunca levou um atestado de incompetência como da
107 última vez e da parte do doutor Bruno Rolo, as coisas tinham que ser ditas no local próprio, foi o
108 presidente da mesa número 12, apareceram lá dois irmãos em que um era deficiente profundo,
109 todos os membros da mesa autorizaram que o irmão o acompanhasse até à cabine de voto, até o
110 delegado do Bloco de Esquerda que lá estava presente louvou a atitude da mesa, passados alguns

111 minutos apareceu o senhor Garcia à procura do atestado médico e pediu um papel para colocar o
112 seu protesto e queria levar esse protesto, o próprio disse que se quisesse fazer o protesto, que
113 fizesse na própria secção, os seus colegas não deixaram sair dali o boletim porque o protesto tinha
114 que ser feito, foi à casa de banho e quando regressou o senhor Garcia não estava na secção de
115 voto, entretanto passado um bocado chegava o doutor Bruno Rolo e o senhor Garcia, vieram ter
116 com o próprio à procura do atestado médico que comprovava a sua deficiência, ao qual respondeu
117 que todos da mesa concordaram em deixar votar o eleitor acompanhado, mais uma vez o doutor
118 Bruno Rolo insistiu e fez um protesto, deram-lhe o papel para o protesto, o doutor Bruno Rolo
119 escreveu o protesto e deu-lhe para o assinar, ao qual leu e no fim escreveu o que se passou e
120 assinou, dirigiu-se ao senhor Bruno Rolo que quando estava numa mesa de eleições, não estava a
121 servir o seu próprio partido, durante todos estes anos os representantes dos outros partidos
122 ajudavam a fazer a contagem dos votos, ao qual agradeciam, mas veio o senhor Garcia dizer que
123 também contava os votos, mas após aquela atitude a mesa recusou a sua oferta, o doutor Bruno
124 Rolo disse ao próprio que se o senhor Garcia não contava os votos, então iam contar os votos um
125 a um e que o presidente da mesa ficava aí a noite toda, ao qual o próprio disse que tudo bem, pois
126 morava ao pé da secção de voto, achou que estava mal esta atitude, pois deviam saber distinguir
127 o “trigo do joio” e devia-se louvar a atitude de um cidadão deficiente ter ido para lá votar.

128 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Gargalo.

129 **Luís Gargalo** Começava por distinguir e diferenciar dois assuntos, uns que pensava ser da
130 competência da Junta e outros que pensava ser da competência da CML, sobre os da CML
131 pretendia falar para ver até que ponto é que a Junta poderia ajudar a tentar ultrapassar esses
132 assuntos, que existiam por alguns anos, estavam por resolver e não sabia o que é que a Junta tinha
133 feito até ao presente momento para ajudar a ultrapassar, debaixo do Eixo Norte-Sul existia falta
134 de iluminação, junto ao SIS, estavam lá dois holofotes desde outubro de 2019, o próprio esteve
135 em conversações com um engenheiro da CML, em que soube que os holofotes estavam lá, estava
136 tudo preparado, só faltava efetivamente ligar, o engenheiro da CML deu-lhe o número do processo
137 que foi enviado para a E-Redes, que estava aberto desde Dezembro de 2019, debaixo do Eixo
138 Norte-Sul e na nova zona comercial passava muita gente a pé, o que era pouco seguro e era para
139 ver se conseguiam ajudar a E-Redes a ligar a iluminação, a rotunda que se situa entre o SIS e o
140 Continente estava sempre cheio de ervas, e com ervas acumulava-se lixo e interrogava se a
141 competência daquela rotunda era da CML ou da Junta, a encosta que estava entre a entrada
142 principal do SIS e o Eixo Norte-Sul estava um matagal, ninguém tomava a iniciativa, a Junta
143 limpava junto ao passeio mas na parte da encosta ninguém limpava, morava na Rua Barata Feyo
144 e dava a volta a Santa Clara para identificar a realidade das várias zonas e verificava que havia
145 discriminação em relação à zona de onde morava e podia provar, por exemplo a iluminação que
146 existia no Campo das Amoreiras não tinha nada a ver com o que havia na Rua Barata Feyo e na
147 Rua Maluda, sobre os contentores subterrâneos, era uma coisa que andava a lutar há muito tempo,
148 teve reuniões com a CML, nomeadamente com a Dra. Filipa Penedos e o Dr. Duarte Cordeiro e
149 sempre foi prometido que estava em estudo a colocação de contentores de carga lateral no tempo
150 do Dr. Duarte Cordeiro, até ao presente dia nem de carga lateral nem subterrâneos, havia o
151 problema da zona da Rua Barata Feyo e da Rua Maluda ser muito íngreme e não percebia, porque
152 a zona da Nova Cruz Vermelha era muito mais íngreme e estavam lá os contentores subterrâneos
153 e não percebia porque é que andavam sempre a desviar o assunto, era do conhecimento de todos
154 que era uma zona muito ventosa, muito íngreme, com poucos contentores para a quantidade de
155 pessoas e por isso, de uma vez por todas gostaria que se ultrapassasse esse problema, sabia que
156 havia muita gente que punha o lixo no chão e os contentores não tinham capacidade suficiente e
157 metiam os sacos ao lado, haviam pessoas que eram pouco civilizadas mas tinham que ter isso em
158 consideração e gostaria que a Junta ajudasse nesse sentido; em relação às competências da Junta,
159 a limpeza das ruas antigamente via que era feita rapidamente nas segundas, quartas e sextas, no
160 presente momento não via as pessoas da limpeza nesses dias, via em menos dias e gostaria de
161 saber, porque como cidadão contribuinte tinha esse direito de saber quais eram os dias de limpeza
162 naquela zona e se era para respeitar esses dias, quais eram os horários que as pessoas praticavam,
163 porque por vezes via as pessoas chegar tarde e sair cedo e tinham que ser diretos nos assuntos,
164 sobre as ervas na Rua Barata Feyo, as caldeiras, que no início eram considerados como espaços
165 verdes, presentemente eram considerados como matagal, tinham irrigação quando foram feitas e



166 tiraram a irrigação e que houvesse assiduidade nas caldeiras e nos espaços verdes como existia
167 entre do campo de jogos e o prédio ao pé, onde iam todos os meses fazer o corte, em relação à
168 discriminação das zonas, há algumas semanas, o próprio deu uma volta à Ameixoeira e via as
169 pessoas a tratar dos espaços verdes que lá existia, via os funcionários da Junta a tratar de todos os
170 espaços verdes e onde mora, nem sequer higiene havia, quanto mais espaços verdes, porque no
171 início da construção, o serviço era feito e retiraram-no e queria aquilo resolvido, tinha ali lojas e
172 dois apartamentos, não podia montar um negócio de porta aberta e os apartamentos, quando estão
173 para ser vendidos, as pessoas desistiam por causa da falta de higiene.

174 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

175 **Bruno Rolo** Antes da sua intervenção sobre o público, pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que
176 se fizesse depois o favor de formalizar a tomada de posse da sua colega que era substituta no final
177 dos trabalhos para não estar a perturbar se a Mesa assim o entender, em relação à questão da
178 intervenção do público, ia falar sobre intervenção do Sr. José Henriques e depois no PAOD poder-
179 se-ia abordar outras questões relacionadas com o público, a primeira frase que o Sr. José
180 Henriques tinha dito foi a frase fulcral, que era que os assuntos deviam ser discutidos em sítios
181 próprios e a Assembleia de Freguesia não era o sítio próprio para se discutir assuntos eleitorais de
182 mesas de voto, no entanto só queria esclarecer duas coisas e fazer um apelo aos representantes
183 dos partidos, tendo em conta que no próximo mês de Janeiro iriam ter outra vez eleições, era
184 importante que independentemente das pessoas terem 20 ou 80 anos, fazerem mesas há 40 anos
185 ou ser a primeira vez, os representantes das forças políticas saibam escolher quem metem nas
186 mesas e dar formação a essas pessoas, porque a antiguidade não era um posto e não é por se fazer
187 muitas vezes que se fazia bem, antes pelo contrário, muitas vezes quanto mais se fazia pior se
188 fazia, era pena que as pessoas que estavam nas mesas não saibam quais eram as funções de um
189 membro de mesa e quais eram as funções de um delegado de uma força política, mas ainda iam a
190 tempo de aprender, mesmo com a quarta classe devem saber ler e escrever, portanto qualquer
191 pessoa podia, a sua profissão de veterinário não lhe atribuía capacidades de saber se as pessoas
192 eram deficientes ou não, quanto muito atribui uma capacidade de saber se os animais eram
193 deficientes, se nem o próprio conseguia, muito menos pessoas sem formação científica
194 conseguiriam, os delegados do PCP protestaram e bem sobre uma série de inconformidades que
195 a mesa fez e o problema era que neste país, a justiça eleitoral não dava resposta às questões que
196 devia dar, o problema não foi a pessoa deficiente ser acompanhada à urna de voto mas sim o voto
197 acompanhado, uma pessoa não pode votar por outra só porque era deficiente a não ser que tenha
198 um atestado eu não sei que tenham atestado, quem não sabia ainda ia a tempo de ir aprender, em
199 segundo lugar aos delegados das forças políticas competia-lhes a atribuição de protestar e ao juiz
200 de direito competia a atribuição de julgar, procedente ou improcedente, não era aos membros da
201 mesa que competia julgar se o protesto é válido ou não, ainda assim dizia que nesse caso em
202 concreto, além desses atropelos não ficou registado em ata quem era o nome do cidadão que
203 votou acompanhado, não ficou registado o nome do cidadão que o acompanhou, nem o número
204 de eleitor, nem se era eleitor na Freguesia, não ficou nada registado em ata porque o secretário
205 da mesa de voto estava pela primeira vez, mas o secretário não tinha culpa de ser a primeira vez
206 que lá estava, tinha que saber o que é que tinha de fazer com os procedimentos, por isso o seu
207 apelo era que nas próximas eleições as forças políticas e os seus representantes, quando indicarem
208 nomes para as mesas saibam fazer a devida formação e saibam que a caridade vizinha não se
209 sobreponha à lei, ou cumpriam todos pelo que dizia à lei ou então ia continuar a haver protestos
210 do PCP dentro das suas competências, depois a quem competirá julgar não era na Assembleia de
211 Freguesia, não era ninguém que esteja nas mesas, era de quem recebia o protesto que era o juiz
212 que estava no tribunal.

213 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

214 **Presidente da Junta** Sobre as iluminações de Natal, todos os bairros da Freguesia estavam com
215 uma referência ao Natal, porque era uma freguesia de bairros, este ano tiveram a pretensão de ir
216 um pouco mais além do que nos anos anteriores devido à pandemia de Covid-19 e era uma das
217 poucas coisas que lembravam o Natal, sobre as restantes observações, reportavam-se muito ao
218 Espaço Público, à Higiene Urbana, aos Espaços Verdes, à deficiente iluminação e ao estado geral
219 de urbanização da Quinta das Lavadeiras, haviam várias questões que eram da competência da
220 CML, sendo que outras eram obviamente da competência da Junta de Freguesia, da competência

221 da Junta eram a Higiene Urbana no que concerne ao corte de ervas e à limpeza, se for a recolha,
222 não era da competência da Junta, aí também referiram problemas de recolha de lixo na Quinta das
223 Lavadeiras, como na zona da Rua Barata Feyo e a Rua Maluda, associando isso também aos
224 contentores subterrâneos que seria desejável mas que ainda não têm e portanto essas questões
225 eram efetivamente da competência da CML, mas a limpeza das ruas, a varredura, o corte de ervas
226 inclusive nas caldeiras das árvores, tinha toda a razão, era da competência da Junta e se não
227 estavam feitas como deveriam estar, esperava que passassem a estar, têm tido alguns problemas
228 ali na zona da Glicínia Quartin e arredores porque a própria população e não era toda, mas sim
229 algumas pessoas, têm levantado muitos problemas aos profissionais da Junta e inclusivamente se
230 amedrontaram, porque foram amedrontados e em determinada altura se recusaram a ir para lá
231 fazer a limpeza e tiveram que ir fazê-la com forças policiais, obviamente que depois quem pagava
232 por isso eram todas as outras pessoas que não tinham nada a ver com esses comportamentos mas
233 que estavam naquele contexto e tornava-se muito difícil gerir essas situações, estava presente na
234 Assembleia o Doutor Filipe Cerqueira, que era o chefe de divisão que tinha a seu cargo a área da
235 Higiene Urbana, que ouviu as observações feitas pelo público, em que tinha tomado nota e
236 verificará o que faltava fazer; no caso da Quinta das Lavadeiras foram referidas várias patologias
237 dessa urbanização, eram conhecidas, não ouviu nada de novo, tinham razão, já tinham visto
238 muitas vezes, já tinham levado muitas pessoas da CML para verem porque era uma urbanização
239 que a Junta nunca queria pôr em evidência pela negativa, nunca queriam chamar publicamente a
240 atenção sobre isso, os moradores não iam beneficiar nada, os proprietários não beneficiavam nada
241 se se comesse por aí a circular que aquela urbanização tinha muitas patologias, mas infelizmente
242 tinha e era muito complicado porque estava numa encosta muito acentuada e onde a erosão era
243 muito forte, o problema das escadas a Junta não conseguia resolver, a Junta colocou esse problema
244 à CML inúmeras vezes e a CML achava que esse problema não era de fácil resolução porque de
245 facto era um grande peso sobre a arriba, ao qual tornava as escadas vulneráveis e com a própria
246 rua a abrir fissuras, em relação aos espaços público e espaços privados, deduzia que grande parte
247 dos espaços que ficavam entre os edifícios eram privados, em espaços públicos, em termos de
248 higiene urbana, na Quinta das Lavadeiras como em qualquer outro lado, competia à Junta de
249 Freguesia limpar a berma do passeio até à distância de 1 m, quer seja público, quer seja privado,
250 nem o poderiam fazer, se for público, competia à CML fazer a limpeza, se for privado, competia
251 à CML intimar, nem a Junta podia fazer isso porque não tinha o cadastro dos moradores nem
252 sequer sabia quem eram, essa situação não era única na Quinta das Lavadeiras, acontecia em
253 muitos lados da freguesia, que tinha ainda muitas zonas expetantes, infelizmente era um problema
254 com que se deparavam em vários locais, em que o espaço, quer público, quer privado, ainda estava
255 em mato, tomara que assim não fosse ou que a Junta tivesse uma delegação de competências para
256 poderem agir aí, seria mais fácil e escusavam de andar sempre com essas questões; em termos de
257 iluminação pública, também era um problema em vários locais da Freguesia, com lâmpadas por
258 substituir, e com a EDP não havia uma relação fácil e quando havia qualquer coisa do domínio da
259 EDP, a própria Junta, em obras que realizou tiveram imensos problema e continuavam a tê-los,
260 tinham obras por acabar precisamente porque a EDP não ia lá simplesmente mudar um poste de
261 um lado para o outro, a Azinhaga do Reguengo era um exemplo, como foi a Rampa do Mercado,
262 com obras que tinham feito e não puderam dar continuidade precisamente porque a EDP não foi
263 lá fazer a vistoria e estava há vários meses por acabar, também tinham esse problema e podia ter
264 a certeza que a Junta queria acabar as suas obras, no entanto várias questões que foram colocadas
265 eram de competência da CML; quanto aos contentores subterrâneos, era claro que seria a melhor
266 das soluções, estava perfeitamente de acordo ou outra modalidade mista que a CML também tinha
267 em vista fazer, só que não faziam tudo de uma vez, a cidade de Lisboa era muito grande e
268 compreendia que a CML não pudesse fazer tudo de uma só vez, presentemente fizeram alguns na
269 Freguesia e ainda faltava fazerem muitos mas não tinham como acelerar mais esse processo; o Sr.
270 José Henriques falou na presença no aniversário do Centro de Atletismo das Galinheiras, a Junta
271 enviou o seu representante que era o elemento que tinha o pelouro do Desporto, que era o Sr. Eng.
272 José Coutinho e o Sr. Amândio Silva, que foram as pessoas mais indicadas para estarem presentes,
273 sobre outras questões que não eram do âmbito da Assembleia de Freguesia, não se pronunciava;
274 sobre as outras questões levantadas pelo Sr. Luís Gargalo, as questões da competência da CML
275 não tinham como como resolver, aquelas que eram da competência da Junta, como a limpeza das

276 ruas, os seus dias e os horários, pedia ao Dr. Filipe Cerqueira para fornecer essa informação
277 concreta, assim como tratar da limpeza das ervas nas caldeiras e dos espaços verdes.

278 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto B da Ordem dos Trabalhos - Período antes da ordem
279 do dia. Informou que a Mesa recebeu quatro documentos do BE, uma recomendação sobre a
280 contratação pública transparente, uma moção sobre a oposição à concretização do projeto da linha
281 circular, um voto de saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as
282 Mulheres (25 de Novembro) e uma recomendação sobre garantir a possibilidade de visualização
283 das assembleias de freguesia por via não presencial a todos os fregueses; e recebeu do PCP um
284 voto de saudação da manifestação “Avançar é Preciso”. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

285 **Ricardo Duarte** Em relação às intervenções do público, infelizmente muitos dos assuntos que
286 foram sendo trazidos para a Assembleia nos últimos quatro anos também foram trazidos pelo BE
287 e as respostas têm sido as mesmas, mais do que uma questão de competências, achava que as
288 pessoas, quando se dirigiam à Assembleia, queriam a resposta, já tinham transmitido isso ao
289 Executivo, queriam saber nomeadamente o que é que o Executivo tinha feito e mesmo se não
290 tivesse a competência para o fazer, podia fazer pressão sobre a CML, podia dizer até aos membros
291 da Assembleia que esbarravam sistematicamente com a CML, que não faziam as coisas que eram
292 da sua competência e que pedissem ajuda, e os membros da Assembleia estarão presentes para
293 ajudar o Executivo a obrigar ou a forçar a CML a agir sobre o que era essencial à Freguesia, e
294 falavam dos contentores subterrâneos, que como todos os presentes da Assembleia do mandato
295 anterior, foi o BE que trouxe esse tema muitas vezes, a resposta foi sempre a mesma como em
296 muitos outros temas, por muito difícil que seja e percebia que em muitas situações, a competência
297 não era da Junta, mas era competência da Junta dar resposta aos fregueses, ainda que a resposta
298 fosse que a Junta não conseguia porque quem tinha a competência não os ouvia, isso seria uma
299 resposta legítima, o que não podia acontecer era o que acontecia sistematicamente, que era não
300 haver resposta, na verdade nunca havia uma resposta, havia uma ideia de que foram feitas coisas
301 mas que nunca eram concretizadas; em relação aos documentos que o BE introduziu, um dos
302 documentos foi apresentado reiteradamente, que era a recomendação sobre a visualização da
303 transmissão da Assembleia de Freguesia pela internet, curiosamente no dia em que apresentaram
304 o documento, a transmissão finalmente aparecia, se for assim, continuariam a apresentar
305 documentos, porque mesmo que depois resolvessem votar desfavoravelmente, como também já
306 acontecido relativamente com as atas, pelo menos a transmissão estava a ocorrer e pelos
307 comentários, o som estava com algum défice, não estava a chegar muito bem mas isso tinha de
308 resolvido com o seu tempo, ainda assim e por forma a comprometer a Assembleia, era que essa
309 transmissão se mantenha, porque achavam que era um passo muito importante para que o que se
310 passava na Assembleia chegasse a todos os fregueses e todos tivessem a possibilidade de
311 acompanhar os trabalhos da assembleia, mantinham essa recomendação, especialmente pelo seu
312 ponto 2, a recomendação versava exatamente sobre a transmissão dos trabalhos da Assembleia de
313 Freguesia que estava no presente momento a ocorrer; apresentavam adicionalmente uma forte
314 saudação ao Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, que ocorria a 25 de
315 Novembro, tinha um preâmbulo extenso que devido ao tempo e a pedido do Sr. Presidente da
316 Assembleia não ia ler, no entanto enumerava várias vítimas de violência e no fundo aquilo que
317 propunham a votação era que a Assembleia de Freguesia de Santa Clara saudasse essa iniciativa
318 do 25 de Novembro, nomeadamente a marcha pelo fim da violência contra as mulheres e o
319 trabalho diário das associações e organizações não-governamentais e serviços sociais do Estado
320 que prestavam apoio às mulheres vítimas de violência; tinham uma moção relativamente ao tema
321 da linha circular, que foi tema na Assembleia Municipal, na reunião de Câmara e onde foi votada
322 a indicação para suspender e reavaliar o processo, a moção dizia que insistir com a linha circular
323 era um erro que iria afetar em grande medida Odivelas, Loures, Santa Clara e o Lumiar, iriam
324 ficar sem ligação direta por metro ao centro da cidade, que tinham no presente momento, por
325 maioria de razão achava que isso era um tema que devia ser transversal a toda a cidade, mas na
326 freguesia de Santa Clara deviam realmente opor-se à concretização desse projeto, era um erro
327 com um impacto a muito longo prazo, era um erro que ia custar caro e que ainda ia isolar mais a
328 freguesia de Santa Clara, aquilo que propunham era manifestar uma viva oposição à concretização
329 do projeto da linha circular e instar o governo a determinar ao Metropolitano de Lisboa a
330 reavaliação imediata de todo o processo relativo à construção da linha circular; para finalizar, uma



331 recomendação que tinha a ver com a contratação pública, era um tema que já tinham apresentado
332 anteriormente e que se prendia essencialmente com a contratação por via de consulta a três
333 entidades, constataram que após consulta de alguns processos, que em muitos dos casos havia
334 apenas uma resposta e com a agravante de em alguns ter havido uma consulta prévia a pedir
335 orçamento e só uma das empresas respondia e mantinha-se essas três empresas para a consulta,
336 não foi cometida nenhum ilegalidade, a lei permitia que tal seja assim, mas o espírito da
337 transparência não estava a ser cumprido, porque efetivamente se só tinha uma empresa a
338 responder não era uma verdadeira escolha, aquilo que propunham era que em vez das tais 3
339 empresas, que sejam consultadas pelo menos 5, a lei dizia que tinha que ser obrigatoriamente 3
340 mas não impedia que possam ser consultadas mais, e instava que sempre que se obtenha apenas
341 uma resposta que se repetisse o processo, com a salvaguarda de atempada execução de
342 contratações que pela sua natureza sejam inadiáveis, e instar o Executivo a publicar os relatórios
343 finais dos procedimentos no sentido de não ter de ser necessário marcar uma hora para ir à Junta
344 para consultar um processo, eles eram públicos, foi consultá-los, qualquer pessoa podia consultá-
345 los, era um processo burocrático que seria dispensável se esses fossem publicados, e o resto seria
346 publicar a presente recomendação na próxima edição do boletim da Junta, era algo que colocavam
347 sempre, porque consideravam sempre que era fundamental que a documentação que era
348 apresentada na Assembleia seja visível para todos, porque as atas que presentemente eram
349 publicadas continuavam a não ter anexo dos documentos que eram apresentados, tinham só a ata,
350 um freguês que um dia queira consultar uma ata, apenas veria que foi votada uma recomendação
351 que dizia contratação pública transparente mas não ia poder saber o que é que estava lá; em relação
352 ao voto de saudação apresentado pela CDU naturalmente não tinham nada a apontar em contrário
353 e votariam favoravelmente.

354 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

355 **Rogério Santos** Sobre a recomendação relativa à garantia da possibilidade de visualização das
356 assembleias de freguesia, era uma realidade, assim que a Junta de Freguesia teve condições e
357 esteve a criar as condições, colocou-as em prática, e por isso o PS votaria a favor da
358 recomendação; sobre o voto de saudação pela eliminação da violência contra as mulheres, a
359 violência contra as mulheres era um flagelo no mundo e também em Portugal, durante muitos
360 anos tiveram um regime em que o machismo era um dos pilares ideológicos e esse obscurantismo
361 enraizou e subsistia no espírito de muitas pessoas esse modo de estar na sociedade, ao qual
362 acrescia do facto de ainda muitas mulheres estarem desempregadas, os ordenados eram baixos,
363 com pouca independência e nas próprias famílias existiam relações de submissão e não de respeito
364 mútuo, a Democracia deve ter como objetivo fundamental a defesa da igualdade, o respeito mútuo
365 entre todos e todas as iniciativas que tenham como finalidade lutar contra a violência serão de
366 apoiar, e por isso votariam a favor; sobre a oposição à concretização do projeto da linha circular,
367 o PS concordava com a moção que estava de acordo com a posição sempre defendida em todos
368 os círculos do poder pela senhora Presidente da Junta e os seus Executivos, não era benéfico para
369 a zona norte de Lisboa a rede circular, por isso votariam a favor da moção; sobre a contratação
370 pública transparente, podiam perceber o espírito mas tinham que votar contra porque era ilegal,
371 na recomendação dizia que instava o Executivo que sempre tivesse uma só proposta, que voltasse
372 a consultar, isso era contra o espírito da transparência, era contra a livre concorrência e era uma
373 ilegalidade básica, sujeita a penalidades muito fortes, não se podia deitar abaixo um qualquer
374 procedimento e só poderia ir abaixo caso esse procedimento não fosse necessário, em relação à
375 questão de consultar cinco empresas, isso era possível, a questão de muitas vezes haver apenas
376 um concorrente tinha a ver com o valor base, isso acontecia muito nos concursos e com a
377 instabilidade de preços que têm existido, muitos concursos tinham ficado desertos, até mesmo na
378 CML, mesmo com concursos públicos e haviam concursos públicos em que muitos deles que só
379 tinham um único concorrente porque o valor estava com pouca margem e a instabilidade nessa
380 altura no mercado era grande e isso era uma realidade, não queria dizer que não se pudesse fazer
381 isso, no entanto aquilo que se dizia na recomendação para o Executivo fazer não podia, era uma
382 ilegalidade básica; sobre o voto de saudação apresentado pelo PCP, iriam votar a favor, havia
383 algum teor ao qual não estavam totalmente de acordo mas com o espírito estavam de acordo, até
384 porque era uma posição que a Junta de Freguesia de Santa Clara tem estado em relação aos
385 trabalhadores e sempre que era possível, a Junta incentivava, tentavam que os trabalhadores

386 ganhassem de acordo com o trabalho que desempenhavam, de modo a conseguir oportunidades
387 àqueles que estudavam para subir internamente dentro da Junta e poder assim ter como um lema
388 de dentro do possível conseguir valorizar os trabalhadores e foi assim que a Junta tem conseguido
389 grandes graus de execução dentro da Junta e de muitos trabalhos serem feitos por eles.

390 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Mafalda Lobo.

391 **Mafalda Lobo** Queria começar por enaltecer o voto de saudação do membro do BE, também
392 aceitavam as duas recomendações que o BE fez, a moção de oposição à concretização do projeto
393 da linha circular também votavam contra e relativamente ao voto de saudação do PCP, o PSD
394 abstinha-se, agradecia os contributos do público que deram para que a Freguesia continuasse a
395 melhorar, que estava muito estagnada e também queria deixar aí algumas notas que considerava
396 importantes e que não podia deixar de as fazer, fizeram-lhe chegar fotografias de um residente na
397 Rua Tito de Moraes, no nº 41, 1º C, que por ironia era a rua onde estava em funcionamento a ação
398 social e considerava que era o caso mais grave que encontrou, foi convidada a visitar o local, tinha
399 constatado que a pessoa vivia em condições de habitabilidade deploráveis, tratava-se de um
400 homem na casa dos 50 anos, deficiente, que vivia sozinho na companhia de vários animais, que
401 pelo cheiro indiciava que faziam as fezes em casa, consubstanciando uma ameaça evidente para
402 a saúde dos outros moradores, aos quais já não conseguiam suportar mais a situação, constituindo
403 uma necessidade de intervenção social imediata, as pessoas que viviam ao seu lado não toleravam
404 mais essa situação, viviam crianças no prédio e as baratas provenientes do local sinalizado
405 entravam pela casa dos outros moradores, embora os vizinhos já tivessem calafetadas as portas,
406 já tivessem feito imensas coisas para evitar que o cheiro ou as baratas invadissem as casas, era
407 impossível eles conseguirem travar isso, portanto pensava que seria urgente tomar algumas
408 medidas, porque tratava-se de um problema de saúde pública que estava a afetar muito os
409 moradores dessa zona, ainda na Tito Moraes chegava também a informação que os prédios no
410 mesmo lote onde vivia o senhor que acabou de referir tinham as garagens emparedadas e os
411 moradores acusavam a Gebalis de ter vedado o acesso à garagem que se transformou num foco
412 potencial de infeção, em virtude de o esgoto não estar blindado e desaguar a céu aberto dentro da
413 garagem, isso era um foco de infeções gravíssimo de onde proliferavam ratazanas e baratas, onde
414 a Gebalis, segundo lhe contaram, tinha fechado a porta de acesso à garagem e as baratas saíam
415 para a rua, portanto isso era uma calamidade e tinha que ser urgentemente travado, queria também
416 referir que na Rua Otávio Pato, no lote 14 rés-do-chão, estava um morador que era um doente
417 oncológico, que confessou não ter capacidade económica para aquisição de medicamentos
418 essenciais para a sua saúde, referiu ter contactado por diversas vezes a Junta, não obtendo até à
419 data uma resposta adequada, foi também informada pelo presidente da associação AURIC, que
420 motivada pela decisão da Sra. Presidente da Junta de encerrar o centro de dia, que eram as atuais
421 instalações do Centro de Formação e Gabinete de Inserção Profissional, no Campo das Amoreiras,
422 obrigou os idosos a “desenrascarem-se” e a recorrer às instalações da Banda da Charneca, que
423 não estava dimensionada para receber esse fluxo de pessoas.

424 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

425 **Paulo Ribeiro** Queria dar as boas-vindas aos novos membros da Assembleia de Freguesia, que
426 foram eleitos democraticamente como todos os outros e como alguns que parecia que estavam aí
427 mas que não foram eleitos e que estivessem na Assembleia para construir uma freguesia melhor
428 e que não estivessem apenas para levantar o braço sem pensar e sem ter opinião, em relação às
429 moções, ia pegar na última moção em que o Eng. Rogério Santos comentou, a questão não era
430 concorrerem um, três ou quatro, a questão era de supostamente terem um jardim de 100 euros e
431 só consultarem a Somague, era lógico que a Somague não ia concorrer, a questão era a dimensão
432 das propostas para as empresas que eram consultadas, a lei dizia que era no mínimo três, não
433 indicava um limite máximo, por isso podiam ser cinco, seis, sete ou oito, consultavam-se
434 empresas apenas por se consultar que em princípio se sabia que não iam concorrer e aí é que
435 depois ficava sempre uma no final e esse é que era o espírito que o Sr. Ricardo Duarte estava a
436 dizer, não era a questão de ser ilegal, em relação à transmissão das assembleia da freguesia, no
437 ano passado houveram quatro propostas aprovadas e que ficaram na gaveta, como a Rua Hein
438 Semke e as lombas e esperava que o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia fizesse cumprir
439 as propostas que fossem aprovadas na Assembleia de Freguesia, porque o anterior Presidente da
440 Assembleia de Freguesia teve montes de propostas na gaveta, eram propostas aprovadas pela

441 Assembleia de Freguesia ao qual não deu andamento, e esperava que o atual Presidente da
442 Assembleia de Freguesia fizesse cumprir as propostas aprovadas na Assembleia de Freguesia,
443 porque a Assembleia de Freguesia era um órgão autónomo, e como referia o membro do BE nas
444 recomendações, que era publicar no boletim da Junta, e se a Sra. Presidente da Junta não quisesse
445 publicar no boletim da Junta, então que fizesse um boletim da Assembleia de Freguesia, a
446 Assembleia de Freguesia tinha que ter um orçamento fornecido pela Junta de Freguesia, o homem
447 já tinha ido à Lua mas não conseguia arranjar as escadas na Quinta das Lavadeiras, onde a Sra.
448 Presidente da Junta vivia existiam contentores subterrâneos, espaços verdes, parques infantis que
449 ninguém utilizava mas que estavam arrançados, quando se saía dessa zona da Quinta de Santa
450 Clara era um problema, era o monte que ia cair, era o lixo que estava à volta, que as pessoas eram
451 porcas, e como os contentores estavam cheios levavam o lixo para casa, isso iria ser um déjà-vu,
452 no entanto havia uma coisa boa, é que o presente mandato iria ser o último desta Presidente de
453 Junta, que já não podia concorrer mais.

454 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

455 **Bruno Rolo** Antes de se pronunciar sobre a posição da CDU relativamente às propostas do BE,
456 agradeceu o envio do regimento a todos e propor que no futuro as convocatórias sejam elaborados
457 de acordo com o regimento, ao qual queria dar apenas algumas notas, nos mandatos anteriores
458 sistematicamente avisaram que a discussão e votação das atas fazia parte do PAOD e não da
459 Ordem do Dia, nem aí nem em lado nenhum, segundo o Período de Intervenção do Público e o
460 Período Antes da Ordem do Dia constavam de 60 minutos no regimento de cada um, se quisessem
461 restringir os tempos de intervenção do público e do PAOD teriam que alterar o Regimento, se não
462 tinham que fazer a convocatória de acordo com o regimento, compreendia que isso tinha vindo
463 de uma minuta anterior em que o Sr. Presidente da Assembleia não teve a oportunidade de ver,
464 mas ficava a questão levantada, tinham um regimento em vigor, que na opinião da CDU era um
465 belíssimo regimento, poderia ser melhorado mas enquanto não for melhorado tinham que cumprir
466 o que lá estava escrito; em relação às questões do público relativamente à higiene urbana,
467 desmatagens, falta de jardinagem, prendiam-se todas um pouco com o mesmo, que não era que
468 estivesse tudo mal, era que havia um desequilíbrio muito notório entre as várias áreas da
469 Freguesia, e só não via quem tinha por responsabilidade orientar os serviços na sua atividade
470 diária, porque se vissem ou se percebessem isso, conseguiriam destacar as equipas rotativamente,
471 o próprio já tinha dito numa das últimas sessões do mandato anterior que se o problema era que
472 havia equipas mais competentes, então que se rodassem as equipas, as equipas que fizessem o
473 melhor trabalho numas semanas estavam numas áreas e outras semanas passavam para outras, se
474 não era, era porque realmente havia interesse em só beneficiar, em termos de intervenção,
475 determinadas áreas da freguesia em relação a outras, e isso parecia-lhe que era bem pior de
476 interpretar; em relação à questão da saúde pública que a Sra. Mafalda Lobo referiu, achava que
477 tirando esses três casos particulares que foram aí levantados, e se andassem pela Freguesia seriam
478 centenas, havia uma coisa que ficava clara, tomando como exemplo a intervenção do Sr. Luís
479 Gargalo, na zona envolvente da Rua Maluda e da Rua do Grafanil, o problema do lixo era de tal
480 forma grave que não era preciso haver pessoas com animais dentro de casa para haver problemas
481 de salubridade, o problema do lixo na via pública só por si criava problemas de insalubridade, de
482 pragas de baratas, de ratos e outras coisas, não sabia se a estratégia da CML era para dar trabalho
483 a alguns serviços e não fazer outros, que era para o pessoal da desratização ter trabalho, mas não
484 parecia ser muito lógico, porque eles iam ter muito trabalho mesmo se não fosse nessas
485 situações, mas parecia que era o que queriam fazer que era não fazerem uma coisa para depois
486 mandar vir os outros, mas por vezes nem vinham uns nem depois vinham os outros e ficavam
487 dois problemas por resolver, portanto seria bom que a Junta não se limitasse a selecionar o que
488 era competência da Junta com o que era competência da CML, e que a Junta fosse proativa no
489 sentido de pressionar a CML sistematicamente e apresentar aos munícipes, aos fregueses e aos
490 eleitos desta Assembleia a documentação comprovativa de que realmente se debruçou sobre esses
491 problemas, que envidou todos os esforços que estavam ao seu alcance e ainda assim não
492 conseguiu, e aí desresponsabilizava-se politicamente do problema, enquanto assim não fizer
493 estaria a alimentar as reclamações sistemáticas no ponto de maior proximidade da população, que
494 era a Freguesia; em relação às propostas do BE, a visualização das assembleias e transmissão já
495 foi discutida e votada favoravelmente pela CDU várias vezes, estavam de acordo, insistiram e até



496 reiteraram que isso devia ser extensível para além da Covid, portanto se começarem a criar
497 condições para fazer uma coisa que era boa para a população, boa para a democracia depois não
498 iriam regredir só porque já não havia pandemia, esperava que daí para a frente todas as
499 assembleias sejam transmitidas e anunciadas, e como foi dito pela própria população, o próprio
500 foi questionado por um morador se havia transmissão, e não conseguiu encontrar em lado nenhum
501 se iria haver transmissão ou não, só no momento em que chegou à Assembleia é que percebeu
502 que estava a ser transmitido e já iam com alguns minutos de avanço, em relação ao Dia
503 Internacional Da Eliminação Da Violência Contra As Mulheres, também era sistemático a
504 apresentação dessa saudação, que têm sempre acompanhado, ao contrário da saudação do 25 de
505 Novembro, apresentada pelo CDS-PP, que felizmente este ano não foi apresentada e portanto não
506 tinham de votar contra, em relação à contratação pública transparente, pensava que havia aí um
507 equívoco do ponto de vista da CDU, o problema não era só concorrer uma empresa, o problema
508 era não haver comparação de preços, houve aí várias propostas, que na sua opinião eram passíveis
509 de serem torneadas, porque a lei não ia conseguir obrigar quem não queria cumprir
510 escrupulosamente a lei, mas quem queria cumprir a lei ou quem queria ser transparente, ainda que
511 a lei não obrigasse, do ponto de vista da CDU era muito mais interessante fazer consultas nos
512 termos do ponto 2, ou seja sempre que não haja pelo menos duas entidades, as consultas sejam
513 repetidas, não era necessário deitar o concurso abaixo, era fazer mais convites do que à partida
514 terem alguma limitação em aprovar o ponto 1, que era serem mais “papistas que o papa” e
515 quererem consultar mais do que a lei obriga, não era ilegal consultar mais mas também podia não
516 resolver o problema, porque se consultarem a Mota-Engil, a Teixeira Duarte e mais algumas,
517 como tinha dito o Sr. Paulo Ribeiro, consultavam dez e só uma é que respondia, obrigar a consultar
518 mais, para a CDU não fazia sentido, fazia mais sentido ver do outro ponto de vista, que é ainda
519 que se consultassem três e só uma é que respondia, tentar consultar pelo menos mais uma ou duas
520 para que haja uma comparação de preços e nessa comparação de preços, não era necessariamente
521 obrigatório adjudicar à mais baixa, mas sim à mais favorável aos interesses da Freguesia, não se
522 consideravam despesistas mas também não eram minimalistas, de qualquer maneira iriam ter
523 dificuldade de votar favoravelmente nesses termos e podia-se talvez votar ponto por ponto, acerca
524 da linha circular, parece que descobriram todos no presente momento que a linha circular era má,
525 não ia entrar no jogo de quem era o dono das propostas ou o dono da razão, mas se congratulava
526 ao PCP saber que estavam a agregar cada vez mais forças que se juntavam ao PCP no sentido de
527 contestar uma coisa que desde a primeira hora que foi anunciada, o PCP contestou, e depois
528 algumas forças políticas, em determinados momentos acompanharam o PCP, outros não, algumas
529 até em alguns órgãos votaram de uma maneira e noutros órgãos votaram contra, consoante
530 estavam na administração local ou central, e presentemente ouviu dizer que a freguesia também
531 foi sempre a favor, nunca viu nenhum documento da Freguesia no último mandato apresentado
532 nesta assembleia que contestasse a linha circular, nunca viu nenhum programa do PS da Freguesia
533 que contestasse essa medida, e gostaria de saber como é que a bancada do PS que tinha dito que
534 a Presidente da Junta sempre foi contra a linha circular quando tinha uma votação na Assembleia
535 Municipal em que os únicos partidos que votaram contra a proposta do PCP de contrariar a linha
536 circular foi precisamente o PS e o Livre, portanto ou a Sra. Presidente da Junta não estava presente
537 ou pediu escusa ou votou de maneira diferente da sua bancada mas isso não constava em ata ou
538 então havia aí qualquer coisa que não estavam a ver bem, mas ainda assim congratulavam-se
539 porque cada vez mais pessoas estavam-se a juntar à força da CDU no sentido de contestar o que
540 inicialmente só a CDU e alguma população mais esclarecida que se apercebeu, tudo o que seja
541 para o bem da Freguesia e para o bem da população, teria o voto favorável da CDU, e nesse
542 momento só tinham a dizer que iam também votar favoravelmente essa moção,
543 independentemente de quem a proponha e esperavam até que ela tivesse unanimidade, porque
544 seria mais uma vitória, como já foi nos órgãos municipais no passado mês de Novembro, só
545 faltava sensibilizar o Governo mas como o Governo já não estava em funções, seria o próximo
546 Governo a ter que decidir.

547 **Presidente da Assembleia** Informou que segundo o regimento não havia fixação imperativa do
548 prazo de 60 minutos, dizia duração até 60 minutos, e quando fez a ordem de trabalhos, reduziu a
549 30 minutos dada a extensão da ordem de trabalhos, pelo facto de estarem em Dezembro, mês em
550 que algumas das propostas tinham que ser votadas pela Assembleia de Freguesia, futuramente

551 quando não houver ordem de trabalhos tão extensas, obviamente que o prazo será afixado ao
552 limite máximo e em caso de necessidade será dilatado, como estava previsto no regimento. Deu
553 a palavra ao Sr. Manuel Nascimento.

554 **Manuel Nascimento** O BE foi competente em algumas coisas que apresentou na Assembleia com
555 os quais se também identificavam, nomeadamente a visualização das assembleias via web,
556 parecia-lhe ser perfeitamente pertinente, até porque atualmente quem estava fora da web estava
557 fora do mundo, estava desinformado, e era uma excelente forma de manterem o contacto e o nível
558 de proximidade com a Freguesia, onde fazia todo o sentido para o Chega, no que dizia respeito à
559 moção da oposição à concretização do projeto da linha circular, concordavam com a moção nesse
560 caso em particular, para o Chega também não fazia sentido a linha circular, o Sr. Bruno Rolo teve
561 a oportunidade de fundamentar muito bem aquele ponto de vista do qual partilhavam, no que dizia
562 respeito ao voto de saudação em relação à violência contra as mulheres, falaram muitas vezes
563 sobre os problemas e um dos pontos que o Chega colocou no seu programa foi precisamente a de
564 aproveitar algumas habitações que estão seladas na freguesia de Santa Clara, porque era uma
565 realidade a violência doméstica, e podiam estabelecer contacto com a CML e com a Gebalis para
566 poder albergar as vítimas de violência doméstica nessas habitações, mantendo-as dentro da
567 Freguesia sem com isso quebrar os laços de proximidade que tinham com os seus familiares e os
568 seus amigos mas ao mesmo tempo protegendo-as daquilo que podiam ser os seus agressores,
569 concordavam perfeitamente com esse voto de saudação, esse ponto de solução fazia todo o sentido
570 e estava associado ao seu programa, em relação à contratação pública transparente, para o Chega
571 a transparência fazia todo o sentido, em qualquer ponto e em qualquer aspeto, quem não tinha
572 nada a temer primava literalmente pela transparência e a transparência iria trazer mais eleitores,
573 porque um dos focos da abstenção em Portugal era claramente o desinteresse e a ignorância e
574 quanto mais e melhor informado estiver o Povo, de certeza que iriam ter mais interesse em fazer
575 parte do processo eleitoral, para o Chega também fazia todo sentido, o PCP colocou aí muito bem
576 o voto de saudação e fazendo uma ponte para aquilo que o Sr. Eng. Rogério Santos tinha dito e
577 muito bem, para o Chega era inadmissível que funcionários da Junta sejam coagidos, ameaçados
578 e amedrontados de exercer a sua profissão ou o seu dever profissional e aquilo que era importante
579 a Sra. Presidente da Junta esclarecer, para além de dizer que houve uma ou outra situação em que
580 tiveram que ser escoltados pela Polícia era o que ia ser feito em relação aos cidadãos
581 prevaricadores, não ficou claro, ou seja se os trabalhadores serão sempre escoltados pela Polícia
582 para poder exercer a sua atividade profissional ou se haverá alguma atuação por parte da Junta e
583 por parte das forças de segurança de forma que haja uma postura mais dissuasora a esse
584 comportamento, que para o próprio eram perfeitamente descabidas de um estado de Direito.

585 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

586 **Ricardo Duarte** Em relação ao voto da recomendação da contratação pública transparente e tendo
587 em conta aquilo que foi dito, porque era importante que ficasse esclarecido, pedia que a
588 recomendação fosse votada ponto a ponto, para que fosse possível destringir em cada ponto aquilo
589 que estavam de acordo ou não, até pelas dúvidas que foram levantadas, também em resposta ao
590 Sr. Rogério Santos, não era a questão de anular o concurso, inclusive quando o concurso é lançado
591 podia ter a menção de que seria repetido caso não existissem mais do que uma proposta,
592 mantinham a recomendação como estava mas votada ponto a ponto para que se pudesse perceber
593 exatamente em cada ponto que umas forças políticas estarão de acordo e outras nem tanto e assim
594 ficaria mais esclarecido.

595 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

596 **Rogério Santos** Só queria dizer que percebia o espírito de transparência, estava completamente
597 de acordo, a questão era que esse ponto era completamente ilegal e em termos básicos, ao
598 recomendarem isso, tinham que ter a consciência de que a Junta de Freguesia não podia cumprir,
599 ao dizer que numa consulta prévia ou num concurso público, se só houver um concorrente era
600 anulado o concurso e repetido, não se podia, depois de abrir um concurso, voltar a consultar era
601 ilegal e era isso que estava aí escrito, quanto a outra questão da transparência e que ficaram
602 algumas coisas no ar e o próprio foi do Executivo anterior e portanto podia colocar a questão, a
603 Junta de Freguesia teve sempre como ponto base consultar empresas de dimensão que pudessem
604 concorrer e que em uma obra fosse atraente em termos de concurso, tiveram também outro
605 cuidado de consultar empresas que não tivessem ligações entre elas, que era para não haver o

606 espírito de falsa concorrência, porque muitas vezes consultar empresas que se conhecem umas às
607 outras, apareciam três concorrentes e dois já sabiam que o outro ia apresentar um valor baixo, isso
608 era uma falsa concorrência e não queriam isso na Junta de Freguesia, se aparecesse um só
609 concorrente até podia ser indicador de um concurso que foi feito com toda a transparência, nem
610 tudo o que parecia era, tiveram esse cuidado de não contratar empresas como a Somague ou
611 semelhantes e as questões que estavam aí eram diferentes, contratar cinco ou seis ou sete oito não
612 tinha problema, a questão que tinha era ter o espírito de transparência, de consultar empresas
613 verdadeiramente concorrentes e com dimensões que possam concorrer para não falsear o
614 concurso, foi sempre esse o espírito da Junta no Executivo anterior assim como no atual, o Sr.
615 Ricardo Duarte não podia aprovar a recomendação porque era ilegal, só por um motivo de força
616 maior é que se poderia deitar abaixo um concurso, nunca abrir outro com um concorrente igual,
617 isso era completamente ilegal e a Junta teria uma pena muito grave se fizesse um procedimento
618 em que não haveria sequer outra interpretação jurídica e disso tinha a certeza porque tratava-se
619 da sua área de trabalho.

620 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

621 **Ricardo Duarte** Não ia falar de situações concretas mas face à declaração anterior, o próprio
622 deparou-se com uma situação de quando fez a consulta, eram pedidas a 3 empresas um pedido de
623 orçamento prévio e só uma empresa respondia e o concurso era lançado a essas mesmas três
624 empresas quando duas delas não tinham respondido, interrogava se isso era transparente e se era
625 de esperar que as duas empresas que não responderam viessem a fazê-lo, ao qual o próprio
626 afirmou que não era, o que estava na recomendação prendia-se exatamente com aquilo que viu
627 nas consultas, não tinha medo da transparência não havia razão nenhuma para não votarem
628 favoravelmente, se o Sr. Rogério Santos tinha renitências em relação ao ponto 2, então que votasse
629 contra esse ponto.

630 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

631 **Paulo Ribeiro** Podiam estar a noite toda à volta dos argumentos de um lado e de outro, concorrer
632 com uma empresa podia ser sinal de transparência ou não, podia ser um concurso à medida,
633 estavam aí à volta do mesmo, o que interessava e que o deixou ainda mais estupefacto foi o que
634 Sr. Ricardo Duarte tinha dito, faziam uma consulta prévia ao mercado e depois ia-se consultar
635 essa empresa para concorrer e as outras empresas iriam fazer um orçamento sobre um orçamento
636 que uma empresa já tinha feito, por isso quando havia um concurso, tinham que ser os serviços a
637 fazer o caderno de encargos, sabia que toda a gente o fazia porque não tinha condições mas não
638 se podia pedir um orçamento de ares condicionados a uma empresa, pegava nesse orçamento que
639 ia ser a base do concurso para consultar três ou quatro, a transparência servia para os dois lados,
640 quem não devia não temia e estar a recusar uma recomendação só porque tinha que consultar 4
641 ou 5 era um “fait-divers”.

642 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

643 **Bruno Rolo** Do ponto de vista da CDU não havia nenhum problema concursal, havia um
644 problema de consulta, e o problema era a consulta prévia, não tinha que se deitar nenhum concurso
645 abaixo, quando se consultavam entidades e muitas vezes o problema era nos ajustes diretos, que
646 eram adjudicações de valores muito mais baixos, porque num concurso internacional era difícil
647 arranjar grandes “salsifrés”, mesmo que só concorresse uma porque a margem era baixa, à partida
648 era mais legítimo do que os ajustes diretos, portanto no entendimento da CDU essa proposta fazia
649 sentido nas obras que estavam abrangidas por ajustes direto em que havia consultas que muitas
650 vezes essas consultas podiam ser logo comparativas para depois quando se fizesse o procedimento
651 concursal propriamente dito, ter um grau comparativo, cada um tinha a sua leitura mas que ficasse
652 claro que essa situação era o que os preocupava com mais pertinência, acerca da proposta da
653 CDU, basicamente era só para dizer que antes ainda da Assembleia da República ter sido
654 dissolvida, a luta dos trabalhadores não parava nem pararia pelos seus direitos, e portanto a CGTP
655 convocou no passado dia 20 de Novembro os trabalhadores portugueses a manifestarem-se sobre
656 o lema “Avançar é Preciso” nomeadamente para mostrar ao país e aos futuros candidatos a
657 governantes que o poder de compra do salário da administração pública estava cada vez mais
658 baixo, que havia precariedade, que havia desregulação de horários de trabalho, que havia
659 desvalorização das carreiras e profissões, e independentemente do estado em que o país estava a
660 nível de governação e numa altura em que pela primeira vez na história da democracia portuguesa,

661 o chumbo de um orçamento criou uma dissolução da Assembleia da República que não era
662 obrigatória, com o beneplácito do próprio Governo e do Primeiro-Ministro, acharam que era mais
663 do que justo saudar os muitos trabalhadores que corajosamente se manifestaram,
664 independentemente de quem os governasse, pelos seus direitos porque era isso que estava em
665 causa, nada movia os trabalhadores contra A, B ou C, os trabalhadores lutavam por direitos e
666 quem se propunha a governar o país tinha que lhes proporcionar esses direitos,
667 independentemente do período em que o país atravessasse, porque contribuíam decisivamente
668 para o avançar da economia nacional.

669 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

670 **Paulo Ribeiro** Pegando nas palavras do Sr. Rogério Santos que a Junta zelava pelos trabalhadores
671 mas o pessoal da Higiene Urbana não ganhavam horas extra, os que ganhavam menos não faziam
672 horas extra, tanto que a Junta podia limpar a Feira das Galinheiras e não queria, era mais um
673 domingo, trabalhavam e ganhavam mas não, era a CML que tinha que vir para limpar a Feira das
674 Galinheiras, mas depois tinham quatro chefes de divisão com 2500 euros de ordenado mais 300
675 euros de despesas de representação e o desnível começava aí.

676 **Presidente da Assembleia** Submeteu a votação a recomendação do BE “Garantir a possibilidade
677 de visualização das assembleias de freguesia por via não presencial a todos os fregueses”; ao qual
678 foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor, 6 do PS, 2 do PSD, 2 da CDU, 1 do CDS-PP e 1
679 do BE; e 1 voto de abstenção do Chega. Submeteu a votação o voto de saudação do BE ao Dia
680 Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de Novembro); ao qual foi
681 aprovado por maioria, com 11 votos a favor, 6 do PS, 2 do PSD, 2 da CDU e 1 do BE; e 2 votos
682 de abstenção, 1 do CDS-PP e 1 do Chega. Submeteu a votação o ponto 1 da recomendação do BE
683 “Contratação pública transparente”; ao qual foi aprovado por maioria, com 4 votos a favor, 2 do
684 PSD, 1 do Chega e 1 do BE; e 9 votos de abstenção, 6 do PS, 2 da CDU e 1 do CDS-PP. Submeteu
685 a votação do ponto 2 da recomendação do BE “Contratação pública transparente”, ao qual foi
686 chumbada por maioria; com 6 votos contra do PS; 6 votos a favor, 2 do PSD, 2 da CDU, 1 do BE
687 e 1 do Chega; e 1 voto de abstenção do CDS-PP. Submeteu a votação o ponto 3 da recomendação
688 do BE “Contratação pública transparente”, ao qual foi aprovado por unanimidade. Submeteu a
689 votação o ponto 4 da recomendação do BE “Contratação pública transparente”, ao qual foi
690 aprovado por maioria; com 7 votos a favor, 2 do PSD, 2 da CDU, 1 do BE, 1 do Chega e 1 do
691 CDS-PP; e 6 votos contra do PS. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro para declaração de voto.

692 **Paulo Ribeiro** A votação do PS na recomendação sobre transparência dava vontade de rir, porque
693 abstinha-se num ponto, aprovava noutro e depois recusava no ponto relativo ao boletim, que era
694 o mais fácil de fazer, que era transmitir o que a Junta fez, que votou a favor de uma boa medida
695 para a Freguesia, depois não queria que se divulgasse, e por isso deveria haver um espaço no site
696 e no boletim para a Assembleia de Freguesia, porque a Junta não era dona da verdade nem a dona
697 dos dinheiros da Junta, os dinheiros eram públicos e a Assembleia tinha que funcionar e viam as
698 condições que não tinham, a Assembleia também foi eleita tal como o Executivo, e por isso tinham
699 que arranjar uma solução para se poder publicar os documentos aprovados em Assembleia de
700 Freguesia, em outras juntas até tinham um gabinete para a assembleia de freguesia, a Assembleia
701 de Freguesia não se resumia apenas em fazerem reuniões de três a três meses, isso era muito
702 redutor e era o que se passava na freguesia de Santa Clara.

703 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos para declaração de voto.

704 **Rogério Santos** O PS votou contra o ponto 2 por ser totalmente ilegal e até pensava que o BE iria
705 retirar esse ponto, em relação ao ponto 4 o PS teria votado a favor em todas as outras moções,
706 nessa votou contra porque essa moção, no seu todo tinha um ponto ilegal, não tinha a ver com a
707 publicação, tinha a ver com um ponto que estava ilegal, que era o ponto 2, porque isso aí falava
708 de consulta prévia que vinha de trás.

709 **Presidente da Assembleia** Submeteu a votação a moção do BE “Oposição à concretização do
710 projeto da linha circular”, ao qual foi aprovada por unanimidade. Submeteu a votação o voto de
711 saudação da manifestação “Avançar é Preciso” da CDU, ao qual foi aprovado por maioria; com 9
712 votos a favor, 6 do PS, 2 da CDU e 1 do BE; 1 voto contra do CDS-PP; e 3 votos de abstenção, 2
713 do PSD e 1 do Chega. Passou ao ponto 1 da Ordem do Dia - Discussão e votação da ata número
714 30 da Assembleia. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

715 **Ricardo Duarte** A propósito da transmissão, havia quem se queixasse que não sabia quem estava
716 a falar e de força partidária, era uma novidade para todos mas se calhar seria importante cada vez
717 que se dava palavra a alguém, identificar a pessoa e a força partidária, em relação à ata, aquilo
718 que tinham dito que tinha a ver com a parte da publicação era que da ata entendiam que deveria
719 ser parte integrante os documentos que foram apresentados na respetiva assembleia,
720 independentemente de terem sido aprovados ou não, porque senão o que acontecia era que quem
721 for ler uma ata tinha um problema, que era ver a menção de um determinado documento que foi
722 votado de uma determinada forma e não tinha acesso ao mesmo documento, sugeria que quem
723 elaborasse as atas que passasse a integrar todos os documentos apresentados e votados na própria
724 ata, de resto não tinham nada a apontar, a ata estava correta e iam votar favoravelmente.

725 **Presidente da Assembleia** Submeteu a votação a ata número 30 da Assembleia, ao qual foi
726 aprovada por maioria, com 8 votos a favor, 5 do PS, 1 do PSD, 1 do BE e 1 da CDU, e 5 votos de
727 abstenção, com 1 do Chega, 1 do CDS-PP, 1 do PSD, 1 do PS e 1 da CDU. Passou ao ponto 2 da
728 Ordem do Dia - Apresentação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e
729 Orçamento para 2022. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

730 **Presidente da Junta** Começando então pelo tema do plano de atividades e do orçamento, que
731 estavam absolutamente interligados e interdependentes, o plano de atividades que no presente
732 momento seria apresentado, como em qualquer outro plano tinha subjacente uma estratégia, que
733 decorria da identificação das necessidades da freguesia e da priorização dessas mesmas
734 necessidades, qualquer um dos presentes já tinha feito essa identificação, porque recentemente
735 houve eleições autárquicas e tiveram que se apresentar aos seus eleitorados com as suas propostas,
736 segundo a análise que fizeram e a sua própria sensibilidade apresentaram-se para um projeto de
737 um mandato de 4 anos, o plano que agora apresentavam ia obviamente ao encontro daquilo que
738 foi a sua própria sensibilidade, a sensibilidade dos que estavam no Executivo, que era o PS, que
739 se apresentou como todos ao eleitorado com o seu programa, por isso mesmo a elaboração desse
740 plano baseava-se muito naquilo que foram essas propostas de há uns meses atrás, e baseava-se
741 também naquilo que foi o acordo entre a lista do PS para a Junta de Freguesia dessa altura, que
742 estava aí representada e o que era eventualmente previsível o Executivo da CML se na altura, esse
743 Executivo tivesse ganho as eleições, ou seja várias dessas propostas tiveram que merecer o acordo
744 de ambas das listas porque precisamente envolveriam os dois órgãos, ou seja a Junta de Freguesia
745 e a CML, os resultados eleitorais foram o que foram, na Junta de Freguesia ganhou o PS, na CML
746 ganhou o PSD, portanto havia algum comprometimento nesse plano, por outro lado era do seu
747 entendimento que todos que estavam aí presentes da mesma freguesia e poderiam vê-la sobre
748 prismas diferentes, poderiam ter prioridades diferentes mas estariam a falar sobre a mesma
749 realidade, portanto a elaboração do plano que seria apresentado também procurou ter em conta as
750 visões dos membros da Assembleia de Freguesia e procuravam obter essa informação através da
751 forma obrigatória por lei que era de consultar as forças políticas com assento na Assembleia para
752 darem o seu contributo para a elaboração desse plano, as quais integrariam ou não se também os
753 próprios assim o entendessem como possível, algumas forças políticas de facto deram essas
754 contribuições, outras não, cada uma delas no seu direito de agir de uma ou de outra forma, mas
755 estiveram num grupo de trabalho ao elaborar esse plano, a tentar auscultar a visão das
756 necessidades prioritárias da Freguesia, por isso mesmo recolheram todas as propostas no ato
757 eleitoral de todos os partidos que estavam aí representados na Assembleia de Freguesia, algumas
758 delas eram coincidentes com as do PS, outras não e procuraram analisá-las e integrá-los dentro
759 do possível, por isso mesmo iam encontrar aí refletido nesse plano algumas das ideias com as
760 quais concordavam e que achavam que seria possível ter em consideração no mandato em curso,
761 dizer também que a elaboração desse plano, nessas circunstâncias e nessa altura partiu dos
762 pressupostos que falou da hipótese de saírem ganhadores a lista do PS para a Junta e para a CML,
763 foi um pressuposto e nesse pressuposto sabiam mais ou menos com que podiam contar, não foi
764 assim e portanto presentemente não tinham bem a certeza do que ia acontecer em termos de
765 contratos de delegação de competências e em termos de outros projetos que já estavam acordados
766 que depois poderia falar, e isso era uma constatação de uma situação e não era crítica nenhuma
767 porque as pessoas que lá estavam eram testemunhas, até hoje a própria não pressionou
768 absolutamente ninguém, nem o senhor Presidente da Câmara, nem nenhum dos Vereadores para
769 acelerar esse diálogo que tinha que acontecer entre as autarquias e a CML, houve até ao presente

770 momento uma reunião com todos os presidentes da Junta da iniciativa do senhor Presidente da
771 Câmara e com a presença dele e de alguns vereadores, em que todos os presidentes de junta
772 disseram aquilo que entendiam ser prioritário para as suas freguesias e por aí se ficaram, tinha
773 para si que a presente altura não era adequada para pressionar ninguém, tinha que se dar um tempo
774 a quem acabou de chegar a uma instituição para se aperceber do que tinham em presença, de
775 distribuir pelouros, distribuir responsabilidades e para que depois desse tempo, se possa
776 conversar, a própria pensava que isso podia acontecer no início do próximo ano, todavia isso não
777 facilitava a elaboração de um plano, tinham que provavelmente introduzir correções quando
778 apresentassem o orçamento retificativo na assembleia de Abril, isso não tinha nada de anormal,
779 decorria da situação e portanto em Abril cá estariam para tentar com mais dados elaborar um
780 plano retificativo que integrasse por um lado o que era obrigatório, o saldo de gerência e por outro
781 lado do que era entregue aquilo que são os acordos que iam fazendo com a CML em relação às
782 intervenções que lhe competia fazer, portanto esperava que tivesse sido clara, ia agora apresentar
783 o plano que elaboraram com essas estratégias, com esses pressupostos e com essas
784 condicionantes, desse plano, estavam como objetivos globais o aperfeiçoamento sistemático do
785 seu funcionamento enquanto Executivo da Junta; a manutenção da Junta com os meios
786 necessários em termos de pessoal, de instalações, de equipamentos; o tratamento do Espaço
787 Público e instituições públicas à sua responsabilidade; a contribuição para o bem estar das
788 pessoas, com serviços e condições facilitadoras nos seus modos de vida; intervenção especial nos
789 casos identificados decorrentes da situação pandémica; a cooperação com outras instituições de
790 interesse para a Freguesia, sobretudo a CML, a Santa Casa da Misericórdia, o IEFP, a PSP, a
791 Polícia Municipal, Bombeiros e etc; pugnar pela reinstalação de terminais multibanco que eram
792 bastante deficitários na Freguesia; em relação aos CTT, foi uma ideia apresentada por uma das
793 forças políticas aí presentes, tinha que dizer que a perspetiva do Executivo era efetuar diligências
794 junto dos CTT para que eles implementassem uma estação dos CTT na Alta de Lisboa, não a Junta
795 de Freguesia mas os CTT, porque eram uma empresa privada a quem foi concedido o monopólio
796 das comunicações e eram eles que tinham obrigação de o fazer, que não se transferisse para uma
797 Junta de Freguesia que estava a gerir do erário público uma função que não lhe competia, que
798 competia sim a essa empresa que assumiu os seus lucros e que tinha de fazer os seus investimentos
799 e que gostaria muito de transferir para uma junta de freguesia com muito boa vontade uma função
800 que entendia como social porque era uma função social em grande parte, mas que era da
801 responsabilidade da empresa que a assumiu; pugnar pela ligação direta da linha amarela do metro
802 ao centro da cidade; esses eram os objetivos globais; dentro desses objetivos globais gostaria de
803 subdividi-los em duas grandes áreas, que eram as áreas de atuação da Junta de Freguesia, que
804 eram a área do Espaço Público e a Área Social, e por outro lado aquilo que eram as funções
805 próprias da Junta de Freguesia em termos de administrativos, de realização das diversas atividades
806 de atendimento do público, da preparação de toda a documentação e todo o expediente
807 administrativo, no que concernava à vertente social, era sobejamente conhecida a postura do
808 Executivo, tinham diversas atividades que desempenhavam para além da situação pandémica que
809 foi especial, como todos sabiam, desempenhavam muitas atividades que não ia entrar em detalhe,
810 mas o simples funcionamento da piscina municipal representava um custo muito elevado que não
811 o entendiam como tal, porque o entendiam como um grande investimento no desenvolvimento
812 das pessoas, mas que lhes dava um grande prejuízo financeiro, tinham uma divisão só para
813 assuntos sociais e para as áreas social e do desporto, além dessas temáticas estarem distribuídas
814 por todas as outras para as restantes três divisões, mas em termos de ações concretas iria detalhar-
815 se na área do Espaço Público e do Urbanismo, ou seja aquilo que estariam a pensar fazer e que
816 gostaria de a colocar à Assembleia, porque havia pessoas novas aí, que não acompanharam esses
817 processos, nem aí nem na Assembleia Municipal e deviam ter consciência deles para que todos
818 juntos, como tantas vezes aí falavam, colaborassem para que esses objetivos prossigam a serem
819 considerados como imperativos para a Freguesia e que lutassem por eles; no âmbito do
820 Urbanismo, com quatro áreas fundamentais, a manutenção do espaço público e das instituições e
821 equipamentos públicos, elaboração de estudos, pareceres, projetos e realização de obras, os
822 contratos de delegação de competências com a CML, que como tinha dito ainda não eram
823 conhecidas as intervenções a executar especificamente pela CML, que eram as grandes obras, no
824 âmbito dos estudos, pareceres, projetos e obras, de sublinhar a elaboração do projeto para a

825 requalificação do edifício sito na estrada São Bartolomeu, lote 34, para espaço cultural e início
826 de obra, conseguiram a transferência da CML para a Junta de Freguesia desse edifício com o
827 objetivo de ser destinado para fins culturais em que na Freguesia era uma área em que estava
828 muito carenciada, sendo a Junta de Freguesia a fazer esta obra, o arquiteto Carlos Brandão já
829 estava a fazer o projeto e presumia que se o plano e o orçamento forem aprovados, ele continuaria
830 a fazer o projeto, e depois a Junta de Freguesia faria a obra, a reabilitação de 3 habitações
831 pertencentes à Junta de Freguesia na Rua Emídio Santana, a realizar pela Junta, ainda dentro do
832 âmbito do Urbanismo os contratos de delegação de competências com a CML, aos quais ia referir,
833 para que as pessoas tenham consciência deles, a gestão e execução dos contratos transitados da
834 situação anterior ou contratos novos a acordar, prossecução de construção de passadeiras,
835 requalificação do talude da Estrada da Ameixoeira/Rua Engenheiro Quartin Graça, colocação de
836 vedação de proteção na Colina de São Gonçalo, reconstrução dos passadiços em madeira no
837 Parque Oeste, que estavam extremamente danificados, construção de passeio na Azinhaga das
838 Galinheiras entre a Quinta da Mourisca e a Avenida Glicínia Quartin, construção de ligação
839 pedonal no bairro PER2/Piscina de Santa Clara, reconstrução do parque infantil da Rua Teresa de
840 Saldanha, implementação de medidas redutoras de velocidade, como lombas e semáforos na Rua
841 João Amaral, Rua Tito de Morais e outras de onde se revelava necessário, instalação de novos
842 ecopontos subterrâneos, todas essas obras a Junta de Freguesia podia executá-las desde que
843 houvessem contratos de delegação de competências com a CML, haviam outras obras que a Junta
844 de Freguesia identificava como prioritárias mas que não poderia realizá-las diretamente, tendo
845 em conta a sua dimensão, aos quais eram a construção da via estruturante de Santa Clara de
846 ligação entre o metro e a Avenida Glicínia Quartin no primeiro troço, seguindo-se depois da
847 Avenida Glicínia Quartin até às Galinheiras, conforme projeto elaborado e verba aprovada pelo
848 executivo anterior da CML e pela Assembleia Municipal anterior por unanimidade, acrescentava
849 que todos esses projetos foram aprovados pela executivo anterior da CML e pela Assembleia
850 Municipal anterior e aprovados por unanimidade e tinha dito isso para dizer que todas as forças
851 políticas daí representadas estiveram totalmente de acordo com esses projetos, precisamente por
852 entenderem a premência da construção dessas estruturas viárias numa freguesia de bairros
853 isolados e dispersos uns dos outros, em que a construção dessa malha em rede de ligação era
854 absolutamente fundamental, essa seria para os próprios a prioridade das prioridades, como tinha
855 dito no mandato anterior, o Executivo da Junta de Freguesia iria fazer disso a sua principal
856 insistência junto da CML, inclusivamente havia uma verba de 18 milhões de euros atribuída para
857 esse projeto, requalificação viária do núcleo histórico da Ameixoeira, era precisamente uma parte
858 que faltava da Estrada da Ameixoeira, porque a outra parte já estava feita, o Largo do Ministro
859 também estava feita também, foram feitos pela Junta de Freguesia, a Rua Direita e envolventes
860 também estavam com um projeto que estava em elaboração pelo UITN, construção dos
861 arruamentos no bairro do Alto do Chapeleiro, construção dos arruamentos na Torrinha e
862 Reguengo, reconstrução da escada do Bairro da Quinta das Lavradeiras, reconstrução de
863 arruamentos na Rua Engenheiro Quartin Graça, organização do estacionamento no Campo das
864 Amoreiras, repavimentação do Jardim de Santa Clara, alargamento das carreiras de bairro da
865 Carris, ligação direta da linha amarela do metro ao centro da cidade, isso eram obras muito
866 importantes para a Freguesia, absolutamente prioritárias e que esperava que todas as forças
867 políticas aí presentes, à semelhança de todas as forças políticas no mandato anterior fizessem
868 pressão para que se consigam serem realizadas pela CML, ainda sobre intervenções prioritárias a
869 solicitar à CML no domínio da habitação era o plano da Alta de Lisboa, a dinâmica das AUGI,
870 habitação social, atribuição dos edifícios vagos às pessoas mais necessitadas, moradoras na
871 Freguesia, principalmente jovens, a criação da figura do gestor de condomínio, foi uma sugestão
872 que lhes deram e estavam perfeitamente de acordo, aumento da habitação de renda acessível e
873 recuperação do património municipal devoluto, no aspeto da iluminação pública várias pessoas
874 aí falaram que em vários locais a iluminação pública estava muito deficiente, e portanto estavam
875 também de perfeita consciência disso, era a melhoria da rede de iluminação pública e a reparação
876 e substituição dos candeeiros e lâmpadas, no âmbito da segurança rodoviária na Freguesia, a
877 implementação de medidas dissuasoras de velocidade na Rua Maluda, na Rua Hein Semke, na
878 Rua Barata Feyo, na Rua Tito de Morais, etc, implementação de medidas de segurança no Bairro
879 da Quinta das Lavadeiras para correção dos efeitos da erosão nas encostas, como podiam verificar,

880 estavam a falar em dois locais na Quinta das Lavadeiras, porque tinham a perfeita consciência
881 daquilo que eram as necessidades desse bairro, o reforço da sinalização rodoviária vertical e
882 horizontal, como semáforos, passadeiras de lombas, colocação de sistemas de videovigilância em
883 locais mais vulneráveis; no caso da Higiene Urbana, havia absolutamente uma necessidade da
884 construção de um posto de higiene urbana, porque aquele que tinham na Charneca não tinha
885 condições nenhuma, foi aquele que receberam por transferência da CML, fizeram lá diversas
886 reparações mas não chegava, não tinha condições e precisava de ser feito um novo, na altura o
887 Vereador Carlos Castro tinha prometido um espaço mais alargado e a construção de um posto
888 novo nesse local, a substituição de redes de saneamento na parte antiga da Freguesia e
889 acompanhamento dos estudos em elaboração sobre a Alta de Lisboa, nesse domínio haveriam
890 atividades que seriam diretamente desenvolvidas pela Junta sem recurso à CML, com os seus
891 meios próprios, haviam outras que podiam ser desenvolvidas pela Junta mas em colaboração com
892 a CML com os chamados contratos da delegação de competências e haviam outras que eram
893 solicitadas à CML, porque a Junta não tinha possibilidade de as fazer, dado a sua dimensão ou
894 dificuldade, eram três tipos de obras diferentes e pensavam que todas elas eram prioritárias,
895 porque essa era uma zona em crescimento e em transformação, e apesar de aparecer aí muita
896 coisa, era muito menos do que aquela que acharia que a Freguesia necessitava.

897 **Presidente da Assembleia** Informou que de acordo com o regimento, os trabalhos encerravam à
898 meia-noite, também informou que recebeu um pedido de substituição do representante do CDS-
899 PP, o Sr. Rui Ribeiro pela Sra. Andreia de Barros Pessoa Pires Cordeiro, também informou que o
900 eleito do CDS-PP, a partir da presente data, o CDS-PP se iria constituir como uma força política
901 autónoma para todos os efeitos legais e regimentais. Informou que a Mesa fez uma proposta à
902 Assembleia de Freguesia se a sessão de continuação poderia ser realizada no dia 17 de Dezembro,
903 às 21:00 horas, ao qual foi aprovada. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

904 **Presidente da Junta** Sobre o plano de atividades, tinha-se disponibilizado para prestar alguns
905 esclarecimentos se alguém os pedir, e a seguir seguia-se a votação do plano de atividades, e
906 sugeriu que se votasse o plano de atividade e o orçamento ficasse para a próxima sessão. O Sr.
907 Presidente da Assembleia referiu que o CDS-PP comunicou que se queria constituir como força
908 política autónoma na Assembleia de Freguesia, porque a coligação terminou no ato da eleição,
909 queria perceber o que se passava no caso do PSD, houve um partido que se apresentou às eleições
910 em que o número 1 da lista era a Sra. Mafalda Lobo pelo PSD, o número 2 era o Sr. Paulo Ribeiro
911 pelo PSD, e o número 3 era o Sr. Rui Castello-Branco pelo CDS-PP, pelo PSD, foram eleitos três
912 elementos, desses 3 eleitos, o CDS-PP saía, no entanto a questão única era clarificar a situação do
913 Sr. Paulo Ribeiro e da Sra. Mafalda Lobo no grupo, pretendia saber se representavam um grupo
914 ou se representavam 2 grupos, e que esclarecessem isso e justificassem, porque não foi isso que
915 viu na lista que apareceu ao eleitorado, era preciso que essa situação ficasse muito clara, sob pena
916 de estarem aí a usar a Assembleia para somar tempos de duas pessoas que só teriam direito a um,
917 e estavam a pretender por essa forma ter o dobro do tempo, essa questão tinha que ser esclarecida
918 no imediato para que não surgissem para ninguém.

919 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

920 **Paulo Ribeiro** Informou que havia um tempo para o PSD que era dividido por duas pessoas, não
921 havia tempos a mais, o Sr. Presidente da Assembleia tinha esclarecido isso e estava gravado, isso
922 não tinha interesse para o plano de atividades e a Sra. Presidente da Junta perdeu tempo a falar de
923 coisas que não interessavam, informou que era meia noite e que iria abandonar a sessão.

924 **Presidente da Assembleia** Informou que a partir da meia noite não podia ser tomada qualquer
925 deliberação, por isso o ponto que contemplava a proposta das Grandes Opções do Plano e
926 Orçamento para 2022 tinha que transitar, discutir ambos e proceder à sua votação. Deu a palavra
927 ao Sr. Bruno Rolo.

928 **Bruno Rolo** Informou que não concordava com o que foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia,
929 porque o que dizia no regimento é que no ponto 1 do artigo 35 dizia que as reuniões deviam
930 normalmente realizar-se em dias úteis, entre as 20:00 horas e as 24:00 horas, no ponto 3 lia-se
931 que a Assembleia de Freguesia poderia, desde que observados os pressupostos estabelecidos no
932 número anterior decidir pelo prolongamento das sessões para além das 24:00, no ponto 4 lia-se
933 que nas condições do número anterior a deliberação seria da competência da Mesa da Assembleia,
934 por isso estavam em condições de continuar caso a Mesa da Assembleia o entendesse e achava

935 que não fazia sentido interromper um ponto que foi apresentado pela Sra. Presidente da Junta, e
936 iam deixar de fazer a sua apreciação sobre o mesmo ponto porque não havia nada no regimento
937 que o impedisse, se havia bancadas que quisessem abandonar, podiam abandonar desde que haja
938 quórum, a Mesa era soberana, agora não era verdade que à meia noite e um minuto não haveria
939 ordem de trabalhos, a Mesa era a que podia entender prolongar ou não os trabalhos de acordo com
940 o que estava no regimento, e desse ponto de vista não aceitavam, com grande democracia que
941 fosse interrompido um ponto a meio da discussão, ou não se fazia a discussão ou então acabava-
942 se a discussão desse ponto.

943 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Manuel Nascimento.

944 **Manuel Nascimento** Quando houve a tomada de posse, a sua primeira sugestão foi a que fossem
945 altamente disciplinados nos horários, o próprio estava habituado a cumprir os horários à risca, e
946 se tivessem começado às 21 horas, não estariam a ter essa conversa e concordava com o que foi
947 dito pelo Sr. Bruno Rolo, fazia todo o sentido, assim como o que foi dito pelo Sr. Presidente da
948 Assembleia, ao iniciar um processo e não o terminar não lhe parecia equilibrado, cabia ao Sr.
949 Presidente da Mesa solicitar que seja feita a votação para terminar o que estava a ser feito ou então
950 que encerrasse a sessão e assumisse as consequências dessa decisão.

951 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

952 **Rogério Santos** Informou que o plano de atividades que foi apresentado pela Sra. Presidente da
953 Junta estava em condições de ser votado, e depois o orçamento seria na próxima sessão, assim
954 como todos os outros pontos, o que foi iniciado devia ser terminado.

955 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

956 **Rogério Santos** Estava escrito nessa alínea opções do plano e orçamento, eram dois documentos
957 que tinham que ser votados separadamente, portanto iam discutir as grandes opções do plano,
958 porque os partidos políticos podiam ter uma opinião sobre as opções do plano e ter uma opinião
959 diferente sobre o orçamento que estava nesse plano, portanto eram dois documentos diferentes e
960 duas operações obrigatoriamente diferentes, o orçamento era que ia ter outra grande discussão e
961 ficava para a próxima sessão, e considerava que o PS estava esclarecido sobre o que tinha dito a
962 Sra. Presidente da Junta.

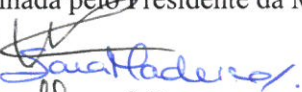
963 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

964 **Paulo Ribeiro** Deu razão ao Sr. Rogério Santos acerca da Junta e da Assembleia serem
965 documentos autónomos, no entanto interrogava porque é que se tinha aprovar nesta sessão o plano
966 e o orçamento se a Sra. Presidente podia novamente elaborá-los com mais calma.

967 **Presidente da Assembleia** Informou que a Mesa decidiu que a conclusão do ponto 2 da Ordem
968 do Dia seria concluído na próxima sessão. Encerrou a sessão.

969 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da
970 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida
971 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

972 O Presidente da Mesa:

973 O Primeiro Secretário: 

974 O Segundo Secretário: 